

Problemas dos nacionalismos contemporâneos

O autor reflete sobre importantes questões relativas às migrações humanas e suas conseqüências ambíguas para o futuro dos nacionalismos. Seu texto enfoca, em especial, a intensificação dos fluxos migratórios, do fenômeno das duplas nacionalidades e do sentimento nacional entre pessoas que residem no estrangeiro.



The author reflects on important issues related to human migrations and its ambiguous consequence to the fate of nationalisms. His work focus, in particular, on the increasing of the flows of migrants, the phenomenon of dual nationality and national feeling among foreign residents.

Benedict Anderson:
Professor emérito de Estudos Internacionais da Cornell University e membro da Academia Americana de Artes e Ciências

Para dar continuidade a discussão acerca de nações e nacionalismos, me parece apropriado estruturar o que penso na forma de questões e problemas em vez de respostas e soluções. Início, porém, relatando três hipóteses gerais comuns nas quais eu não acredito.

A primeira é a de que a chamada globalização seja um fenômeno bastante recente. Um livro que eu acabo de enviar para uma editora demonstra, creio, que ela remonta aos anos de 1880 e é simbolizada pela chegada da comunicação telegráfica comercial mundial. A segunda é a de que a atual hegemonia global estadunidense é *sui generis* e provavelmente durará muito. A terceira é que as nações, como são, transcendem a história. Pelo contrário, como muitas outras instituições humanas, elas nasceram em uma determinada era e sem dúvidas tornar-se-ão obsoletas em outra.

Os problemas que eu gostaria de levantar estão reunidos sob a rubrica geral da *migração humana* e suas ambíguas conseqüências sobre o destino do nacionalismo. Quando, no despertar da devastação do que nós hoje chamamos, anacronicamente, de Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações foi criada, selando, ainda que desconfortavelmente, a legitimação internacional da forma de Estado-nação sobre a monarquia e o império, a vaga suposição geral era que todas as nações deveriam ter um lar e que a maioria de seus membros permaneceriam neles.

Poloneses nasceriam na nova Polônia, cresceriam, casariam e seriam enterrados lá. Se eles se mudassem para a França para trabalhar como encanadores, ou voltariam brevemente ou se casariam com mulheres francesas, se estabeleceriam e seriam assimilados pelos franceses. Pelo menos, seus filhos o seriam. Hoje, esta parece ser uma idéia bastante superficial, mas, por um século, ela funcionou muito bem. Trabalhadores estrangeiros sustentaram o peso da industrialização francesa, razão pela qual a França mantém seu campesinato vinicultor e fabricante de queijos por tanto tempo. De fato, a taxa

de migração e assimilação na França foi proporcionalmente maior que a dos Estados Unidos, como Noriel brilhantemente mostra em seu *Le Creuset Français*.

Apesar de tudo, a Liga foi quase imediatamente confrontada com um problema de aparência simples, para o qual os seus comitês não conseguiram achar uma solução além de suposições Wilsonianas. O problema já se anunciava há tempos, mas foi precipitado pelo grande avanço do sufrágio feminino no pós-guerra. Pela primeira vez no “Ocidente” incluindo a América Latina, as mulheres estavam se tornando o que o voto simbolizava: reais cidadãs do Estado-nação.

O problema que agora surgia estava no status legal das mulheres que em número crescente casavam-se ou coabitavam além das fronteiras do Estado, e eventualmente no status de seus filhos. Por exemplo, se uma francesa que casasse com um uruguaio, fosse morar com ele em Montevideu e, eventualmente, desejasse manter sua nacionalidade francesa, o Estado francês estaria sob pressão para apoiá-la. Por outro lado, o progressista Estado uruguaio do período, desejava que ela e seus filhos se tornassem uruguaios. O patriarcado tradicional – que assumia que os homens tinham nacionalidades permanentes e unitárias, enquanto as mulheres as tinham apenas de forma temporária e não-unitária – estava agora colidindo com o nacionalismo. O marido talvez insistisse na “uruguaização”, mas poderia também considerar as vantagens econômicas, culturais e, talvez, até mesmo políticas de a família se mudar para a França e se “francesificar”.

O comitê da Liga chegou à óbvia, mas insuficiente, conclusão. As mulheres poderiam ter, se os respectivos Estados concordassem, o que geralmente não era o caso, dupla nacionalidade, bem como seus filhos menores. Onde as mulheres abriram o caminho, os homens foram obrigados a seguir, feminizando-se de acordo com regras antigas. Ao longo das últimas oito décadas, legal ou freqüentemente ilegalmente, a dupla-nacionalidade tem se tornado cada vez mais comum.

Mesmo países tão exageradamente nacionalistas como os EUA tiveram, após a II Guerra Mundial, que aceitar a nova instituição. Esse é o motivo que permitiu, após a queda do comunismo, que cidadãos estadunidenses concorressem à presidência na Estônia e Camboja e que um canadense concorresse à presidência da Polônia. Talvez felizmente, todos esses candidatos perderam. O mesmo princípio tem se aplicado nos casos em que mexicanos que se tornaram cidadãos estadunidenses e concorreram, com diferentes graus de sucesso, às prefeituras dos *pueblos* de seus pais em Guadalajara ou Oaxaca.

Apesar de tudo, a teoria do nacionalismo tem em geral ignorado as implicações das duplas- (legais) ou multi- (normalmente ilegais) nacionalidades marcadas no passaporte. Como a teoria do nacionalismo persiste fortemente contaminada pelo romantismo do século XIX, nós continuamos a insistir na unicidade da nacionalidade e não fazemos muita idéia do que se passa nas mentes de maridos, esposas e filhos nos casos de casamentos mistos e de dupla-cidadania. Qualquer que seja o caso é bastante improvável que, em público, ou mesmo ao responder ao questionário de um censo, eles não dêem uma resposta unitária. A dualidade é notoriamente difícil para os pesquisadores do censo e seus chefes. Como tais pessoas deveriam ser contabilizadas? Não existe possibilidade de responder “pela metade” à pergunta formulada em tais questionários.

Mas podemos esperar que tais tendências se aprofundem. Um sinal disto é uma curiosa invenção de alguns países da União Européia. Esperando impedir essa tendência, já que existem brasileiros com esposas ou maridos holandeses trabalhando na Holanda, o Estado holandês tem aumentado o status político de ‘residentes permanentes’, permitindo que eles até mesmo votem em todas as eleições que não tenham ‘nível nacional’. Os holandeses são famosos por seus diques, mas será que esses agüentarão para sempre?

O que significa, legalmente, politicamente e existencialmente, ter dupla-nacionalidade? Wilson se sentiria torturado hoje, mesmo no céu. Enquanto isso, mexicano-estadunidenses que votam na Califórnia em Arnold Scharzenegger, foram considerados aptos a votar nas eleições nacionais mexicanas. O Estado norte-americano finge não notar isso.

O segundo enigma é o comportamento político e a lealdade dos migrantes mais recentes. Eu tenho escrito sobre esse problema com algum detalhe; aqui, apenas sugiro seus contornos. Simbolicamente, ele está resumido em um experimento altamente imoral ao qual eu induzi alguns colegas latino-americanos alguns anos atrás. Estes colegas me haviam informado da existência de muitos “bate-papos” na Internet entre imigrantes colombianos, argentinos, equatorianos etc. As conversas eram predominantemente nostálgicas – futebol, comida, “garotas (!)” e outras banalidades. Eu propus que eles gradualmente, bem gradualmente, introduzissem palavras e formas gramaticais reconhecidas em todos os lugares como pertencentes aos universalmente odiados e, obviamente invejados, chilenos. Foi fascinante constatar o quão rapidamente e em que grau de paranóia as pessoas responderam: “há um espião ou um traidor entre nós”. A mesma reação teria ocorrido se um turista chileno perguntasse por direções em Montevideú, Quito ou Buenos Aires? Eu duvido muito.

Uma célebre e engraçada versão dessa síndrome foi a confusão nos EUA em torno das paradas anuais do Dia de *Saint Patrick* em Nova Iorque, Boston e Filadélfia. Os comitês encarregados destas celebrações do nacionalismo irlandês por estadunidenses de origem irlandesa – um caso de dupla nacionalidade residual – rejeitaram irritados aos pedidos de seus conterrâneos estadunidenses de origem irlandesa que por acaso eram gays ou lésbicas de participar afirmando suas identificações sexuais. A razão? Os comitês disseram que, na Irlanda Verdadeira, não existiria tais perversões produzidas pelos ingleses, pelo anticatolicismo, a globalização etc. Con-

frontados pelos repórteres com o fato de que lésbicas haviam ganho o primeiro prêmio pelo melhor balão nos desfiles simultâneos em Cork, os comitês, com bastante tranqüilidade, replicaram que a “Irlanda” tinha sido completamente corrompida pela União Européia e a “Verdadeira Irlanda” existia apenas nos Estados Unidos. Felizmente, os irlandeses na “Irlanda” acham essa afirmação ridícula e fazem piadas constantes dos turistas estadunidenses que chegam todos os verões para dizer aos nativos o que é a “verdadeira irlandicidade”. A verdade é que, para essas pessoas, a Irlanda realmente migrou para a Filadélfia e para Boston.

Eu não gostaria de generalizar excessivamente, pois existem inúmeras exceções, mas estou seguro de que, no geral, existe uma preocupante tendência ao que eu chamo de “nacionalismo de longa distância” e ao seu primo, o “nacionalismo portátil”. Para explicar estes termos, assim como as razões para a preocupação com tais novidades, tem-se que iniciar com um contraste: do nacionalismo emigrado do fim do século XVIII ao meio do século XX. Há uma grande quantidade de evidências de que neste período o nacionalismo, pela primeira vez, se cristalizou seriamente longe de casa. Por exemplo, na metade dos anos 1880, o pai do nacionalismo filipino, o grande escritor e mártir político Jose Rizal, escreveu de Barcelona para um amigo austríaco o seguinte:

Wir müssen alle der Politik etwas opfern wenn auch wir keine Lust daran habe. Dies verstehen meine Freunde welche in Madrid unsere Zeitung herausgeben; diese Freunde sind all Jünglingen, creolen, mestizen und malaïen, (aber) wir nennen uns nur Philippiner. (Nós todos temos que fazer sacrifícios com objetivos políticos, mesmo quando não temos inclinação a fazê-lo. Isto é entendido por meus amigos que publicam nosso jornal em Madri; estes amigos são todos jovens, crioulos, mestiços e malaïos, (mas) nos chamamos, simplesmente, filipinos.)

O que é estranho aqui é a menção de sacrifícios desagradáveis (realidade verdadeira?) por razões políticas, seguida da explicação de que apesar desses jovens realmente serem crioulos, mestiços e malaios (índios), eles se chamam – ou seja, em público, na Espanha imperial - de filipinos. A causa dessa decisão política era a enervante experiência de descobrir que distinções de enorme importância na colônia (status racial, pedigree, classe social, língua materna, cidade de origem) não tinham nenhum significado na metrópole, onde a ignorância sobre a colônia distante e a indiferença a ela era profunda. Aos olhos dos espanhóis comuns todos esses garotos eram “caras das Filipinas”, ou seja, filipinos.

O “sacrifício” do qual falava Rizal era a equalização social e a confraternização inter-classes e inter-línguas, um tipo de reprise da história inicial das Américas: pessoas chegando a Madri da América Espanhola eram simplesmente chamadas de americanos; ninguém se importava muito com suas composições raciais ou se vinham do Peru ou Buenos Aires.

No Norte, colonos que pensavam em si como britânicos ficavam desconcertados ao descobrir que, em Londres, eles freqüentemente não eram aceitos como tal, mas, sim, considerados americanos. Gradualmente ou de forma rápida, uma identificação objetiva tornou-se também subjetiva.

Que essa identificação, naquela época, tivesse freqüentemente conseqüências positivas e progressistas, pode ser explicado por duas circunstâncias. A primeira era que a maioria destas pessoas não tinha a intenção de se estabelecer na metrópole, que não lhes oferecia carreiras bem-sucedidas, caminhos de enriquecimento, nem segurança social. A segunda foi que seus Estados de origem eram colônias dominadas e exploradas por metropolitanos. Eles tinham uma guerra política, com objetivo claro, a travar em casa: a independência nacional e o reconhecimento internacional.

As circunstâncias das massivas migrações das últimas três décadas, contudo, são profundamente diferentes. Dessas cir-

cunståncias, a mais importante, provavelmente, é que hoje quase todos os migrantes vêm de um dos mais de 200 Estados-nacionais reconhecidos, que são “seus”, e carregam passaportes desses lares presumidos. As dolorosas conseqüências são claras. Migrações permanentes podem significar culpa psicológica por abandonar a pátria, que, afinal, está representada nas Nações Unidas. E há a possibilidade de experimentar, no país receptor (também na ONU) mensagens do tipo: “Se você está infeliz aqui, por quê não volta para casa? Você tem o seu próprio maldito país, afinal.” As simultâneas atrações e humilhações da migração têm se alterado enormemente em uma era na qual a desigualdade global é ainda maior que a brasileira e parece destinada a aumentar no futuro próximo.

Agora é possível aos migrantes ou seus filhos ter carreiras bem-sucedidas como cientistas, advogados, doutores, acadêmicos, estrelas da mídia, atletas e mesmo políticos na maioria dos Estados realmente ricos. O mesmo se aplica, em diferentes graus, à empresa privada. Desde os tempos de Rizal e do fim da escravidão no Brasil, o magro Estado do século XIX se transformou, em diferentes graus, no Estado de Bem-Estar Social, assumindo responsabilidades nos campos da saúde, educação, moradia, bem além de qualquer possibilidade no século passado. Frequentemente, a pura segurança física é bem maior que “em casa”. Um passaporte da União Européia leva um indivíduo a quase qualquer lugar sem muita suspeição e poucos subornos ou humilhações. Para migrantes pobres, oportunidades de emprego são também bem maiores se comparadas ao século XIX, graças ao envelhecimento dos “Estados do Norte” com baixas taxas de natalidade e às novas expectativas de emprego dos jovens nativos desses Estados. Mesmo que esses empregos sejam sujos e perigosos, eles são bem melhor remunerados que empregos semelhantes em seus lugares de origem. Mas as humilhações são também óbvias. Nada exemplifica isto melhor que a pala-

vra “tolerância”, que implica um “presente” unilateral de um superior e que pode ser cancelado a qualquer momento.

Ela também implica, pelo menos para os filhos dos migrantes, uma demanda crucial de assimilação, mesmo que isto raramente seja totalmente aceito pelos nativos. Os recentes trabalhos sociológicos sobre os destinos sociais dos imigrantes negros do Caribe e da África nos Estados Unidos mostram claramente que esse envolvimento não pode ser sempre atribuído ao racismo e ao chauvinismo. Os pais fazem todos os esforços possíveis para ensinar a seus filhos que eles são ganenses ou nigerianos, bahamenses ou trinidadanos. Mas na escola e nas ruas dos Estados Unidos, as mesmas crianças são ensinadas – por afro-americanos tanto quanto por brancos – a abandonar essas ridículas pretensões. Nos EUA, eles são, simplesmente, negros. O mesmo tem acontecido até a porto-riquenhos de pele escura, apesar de eles possuírem alguma proteção no espanhol.

De fato, crianças e adolescentes têm o pior dos mundos: estão entre a cultura de suas famílias e aquela da escola, entre a mesquita e a discoteca, o templo e a rua. São nascidos e criados na migração, não “em casa”. Cidadãos naturais e não naturalizados, eles se negam a ser tratados como imigrantes. Eles estão em posição de fazer demandas, mesmo que violentamente.

É dentro dessa permanente complexidade e perplexidade que o nacionalismo portátil ou de longa-distância pode vir a se configurar como um problema real. Fui informado por colegas que se alguém for ao Punjab, na Índia, irá encontrar inúmeros *sikhs* do sexo masculino sem turbantes ou barbas e com cabelos curtos como a maioria dos outros indianos. Mas o mesmo não acontecerá em Melbourne, onde apenas um bravo e freqüentemente rejeitado *sikh* se atreveria a fazer algo tão comum em sua ‘terra natal’.

O mesmo acontece entre comunidades estrangeiras de croatas. Os anciãos dessas comunidades tipicamente possu-

em uma fantástica, obsoleta e romantizada visão de sua “terra natal”, muitas vezes estranhamente combinada com a visão “irlandesa” de que a mesma terra natal foi corrompida. Sustentar tais visões no país de emigração depende de transmissões a seus filhos, freqüentemente por métodos altamente autoritários. Poder-se-ia até mesmo chamar isso de um tipo de fascistização da cultura natal e seu pesado policiamento interno. Em tais comunidades, a assimilação vem como uma espécie de traição.

Em si mesmo, o problema é doloroso, mas ele não permanece local. Para os emigrados, sua localização oferece oportunidades para um novo tipo de intervenção política. No rico Norte, em tempos de Internet, eles podem ter meios financeiros substantivos que podem ser imediatamente enviados através dos sistemas bancários; eles podem estar em posição de enviar armas e explosivos a camaradas no país natal (e às vezes de utilizá-las localmente em nome dos mesmos camaradas). A Internet lhes permite contornar jornais e conectar-se diretamente a circuitos nacionalistas “restritos”, fortemente controlados nos servidores. Nesses circuitos não há distinção real entre rumor, fantasia e notícias reais e existe uma forte dieta de repetitivos clichês nacionalistas. A situação torna possível intervir na política da terra natal, especialmente se ela estiver atolada em conflitos, de maneira bastante perigosa e extremista. Dispomos de diversos exemplos dessa tendência – “estrangeiros” armênios, turcos, indianos hindus, tâmeis do Sri Lanka, etíopes, croatas, dentre outros. Jovens com bastante familiaridade com a Internet podem se ver atraídos pela possibilidade de se tornarem verdadeiros armênios em Chicago, mesmo que eles nem entendam o idioma armênio.

Todo o problema pode ser avaliado brevemente do seguinte modo. Contrariamente ao presidente Wilson e contra as tendências das políticas nacionalistas do século XIX, estamos observando um divórcio cada vez mais claro entre cidadania e nacionalismo, que possui aspectos esquizofrênicos. O novo imigrante canadense ou seus filhos podem ser um cidadão canadense respeitador das leis e que paga seus impostos, mas não tem nenhum interesse pela política ou história do Cana-

dá. Ele vai ao trabalho, leva os filhos para brincar no centro comunitário, talvez até assista a jogos de hóquei. Mas, no Canadá ele ainda é um ninguém. Ao cair da noite, ele vai ao seu computador e entra em um novo mundo, onde ele crê que pode ser algum tipo de herói. Esta é a pátria que ele abandonou para sempre ou a de seus pais que ele visitou em uma ou duas breves ocasiões. Mas ele não vota em sua terra natal, ele não lhe paga nenhum imposto, seus filhos não vão a suas escolas, ele não pode ser indiciado por suas cortes nem morto por seus serviços de segurança. Ele não responde a ninguém. Ele trouxe sua nação consigo ao Canadá. Ele não precisa mais de seu passaporte, apesar de poder, caso o seu novo Estado permita, possuir dupla-cidadania.

Trinta anos atrás, a suposição geral era a de que tais problemas não seriam transmitidos através das gerações. Se o próprio imigrante escolhesse viver após o escurecer em uma pátria mítica do outro lado do Globo, o poder do novo Estado e de seu aparato cultural se encarregaria da assimilação de seus filhos. Hoje, as dúvidas são muitas. A transformação das economias, estruturas sociais e perfis demográficos do Norte parecem garantir a continuidade da demanda por migrantes do resto do mundo. O reverso disso é a devastação pelo capitalismo global de muitas de suas pátrias, violência inter-religiosa e interétnica, favelização e assim por diante.

Eu creio que o chamado multi-culturalismo não passe, ainda, de um placebo, já que é subscrito pela sempre condicional “tolerância” da qual falei anteriormente. O Estado-nação baseia-se profundamente em uma idéia de homogeneidade – da qual a cidadania comum é o lado mais claro – e pode ser que se prove impossível mudar essa premissa sem abrir mão do Estado-nação como nós o herdamos.

NOTA

Cf. ANDERSON, Professor emérito de Estudos Internacionais da Cornell University e membro da Academia Americana de Artes e Ciências. Cf. ANDERSON, B. Problemas dos nacionalismos contemporâneos. In: ENCONTRO TENSÕES MUNDIAIS, 3., 2005, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2005. Tradução de Clayton Mendonça Cunha Filho; revisão dos Editores e do Autor.